

Mulheres piqueteiras: avanços na feminização da pobreza*

Adriana Causa**

Resumo:

O aumento progressivo da incorporação das mulheres no mercado de trabalho não é uma novidade na Argentina, nem o fato de que mulheres realizam o trabalho de base não qualificado e desenvolvem o que já foi chamado de “tripla jornada”. Este trabalho investiga, explora e compara as estratégias de sobrevivência utilizadas por mulheres de setores populares durante as últimas duas décadas, observando como as mulheres entrevistadas geram recursos para a sobrevivência e mobilidade social.

Palavras-chave: Ação coletiva. Mulheres desempregadas. Estratégias de sobrevivência. Grande Buenos Aires.

Redes sociais: cenário para uma ação transformadora

As redes sociais¹ sempre existiram, mas em cada conjuntura sociopolítica e econômica assumem formas e significados diversos. Consideramos nesta categoria as redes de pessoas, de grupos, de organizações, de instituições que conectam ou relacionam sujeitos. A unidade básica do vínculo entre as redes, é a relação que os sujeitos estabelecem em torno de um assunto específico, centro de iniciativas e debates, também denominado “domínio ou campo político” (Knobe, 1987). Os campos variam segundo o tema proposto (área específica de interesse), o tamanho (número de pessoas envolvidas), o conteúdo dos vínculos (transferência de informação, apoio, recursos financeiros, etc.); sua direção (recíprocos, não recíprocos), a frequência com que ocorrem, sua densidade, sua força ou debilidade. A posição social ocupada por suas principais entidades ou pessoas afeta o

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no Congresso Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais, Quito, 2007. Tradução de Célia Motta.

** Socióloga. Docente e investigadora do Instituto de Investigações Gino Germani, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires e da Universidade Nacional de San Martín. End. eletrônico: acausa@gmail.com.

¹A expressão “rede social” conta com uma grande e vasta trajetória conceitual, motivo pelo qual tem sido definida por diferentes perspectivas teóricas e disciplinares. As Ciências Sociais tem utilizado o conceito de rede social como instrumento de análise que permite a reconstrução dos processos interativos dos indivíduos e suas filiações a grupos, a partir das relações interpessoais construídas cotidianamente (Barnes, 1987:159-192).

acesso e articulação dos recursos políticos e sociais e variam através do tempo, pelas mudanças internas e pelas condições sociopolíticas e econômicas exteriores (nacionais e internacionais). O espaço onde se fazem os nós dos laços, denominado nó da rede, é ocupado por indivíduos, grupos, estados-nação, dentre outros. Tal influência pode ser determinada pela amplitude de seus vínculos, pela incidência sobre quem toma decisões, pelo próprio poder nestas instâncias, por sua visibilidade social, por seus conhecimentos, por sua disponibilidade de recursos, etc.

Ser membro de um campo requer o reconhecimento dos outros/as. Neste nível, trata-se de aceitar o outro/a. É o primeiro ponto para se iniciar: reconhecer que o outro/a existe. O/a outro/a pode apresentar questões significativas, importantes e diferentes da minha própria perspectiva.

É a partir do conhecimento que se podem produzir situações ou episódios de colaboração. Trata-se de uma ajuda espontânea. Não é desinteressada, pois se espera reciprocidade, ou seja, colaboração. Quando as atividades são compartilhadas com frequência, fala-se em “colaboração sistemática”, nível que se caracteriza por ter alcançado não só o reconhecimento e colaboração, mas também a confiança mútua ou a associação. Nesta, a atividade compartilhada se aprofunda e se compartilham objetivos e projetos.

As redes sociais são fenômenos tão antigos e espontâneos como as relações humanas e, por esta razão, “a noção da rede adquire uma multiplicidade de formas que vão desde uma estrutura relativamente simples até se transformar em um modo de organização de difícil compreensão. Cada ponto de articulação obtido constitui um nó, e é esse nó que possibilita a criação de um cenário para uma ação transformadora” (Causa, 2001). Estas redes têm crescido exponencialmente com a incorporação das tecnologias de informação e comunicação, principalmente com a Internet, formando complexas articulações locais, nacionais e transnacionais.

Sobre a metodologia

O trabalho de campo para este artigo foi realizado durante dois períodos, 2004 e 2006, e foram aplicadas 20 entrevistas semi-estruturadas a mulheres de setores populares que participam ou participaram de diferentes organizações que compõem o movimento de trabalhadores/as no sul da Grande Buenos Aires, denominadas piqueteiras por participarem de ações de bloqueios de ruas para reivindicar emprego e acesso a programas sociais que lhes garantissem a sobrevivência. As entrevistadas foram selecionadas pela técnica de bola de neve²,

²Bola de neve refere-se a uma técnica de amostragem não probabilística que consiste em selecionar uma amostra inicial ou básica de indivíduos e estabelecer em cada entrevista que novas pessoas da população estudada fossem entrevistadas, para assim integrar a amostragem completa.

com preferência a que tivesse pelo menos duas mulheres da mesma organização situadas territorialmente em diferentes grupos e de diferentes idades. Essas entrevistas foram realizadas na casa ou no trabalho das mulheres entrevistadas.

Para a elaboração deste artigo, foram aplicadas treze entrevistas a mulheres piqueteiras geograficamente ligadas ao partido de Avellaneda. Algumas delas foram entrevistadas nos dois períodos mencionados (2004; 2006). Pertencem a diferentes organizações do movimento de trabalhadores desempregados, de diferentes bairros e localidades do município. Além disso, realizamos um recorte diferencial entre quem tinha mais e menos de 40 anos³.

Redes, crise econômica e a nova ordem

As mulheres de setores populares na América Latina, há várias décadas precisam aproveitar as oportunidades que a estrutura social e produtiva oferece em cada conjuntura. As situações de crise econômica e desemprego têm implicações na intensificação do trabalho de todo o grupo familiar mas, particularmente no caso das mulheres, dinamizam-se ou constroem redes sociais, incrementa-se o trabalho assalariado, o doméstico e as atividades comunitárias tendem a sustentar e/ou melhorar as condições ambientais de seu bairro e/ou comunidade.

Durante os anos de 1970, na América Latina, ocorreram mudanças na estrutura econômica e sociopolítica. No Cone Sul, a ascensão de governos de regimes militares trouxe uma nova ordem econômica e social. Como afirma Svampa, estas mudanças “começaram a se tornar visíveis durante os anos 80” (2005: 22). Esta situação é narrada por uma de nossas entrevistadas:

alguém pode dizer que a crise começou em 2001, mas na realidade para mim a crise começou muito antes... ou seja, a crise começou em 76. Que os resultados da crise que estamos vivendo agora, é outro ponto. Mas a crise começou em 76... (Entrevista. Georgina, 29 anos, 2004).

Os processos econômicos inflacionários e de desabastecimento, anteriores ao golpe militar de 1976 e durante seus primeiros meses, envolveram as mulheres em redes de consumo comunitárias, que se dissolveram quando a situação econômica se estabilizou. No entanto, os funcionários do regime aproveitaram para agilizar a aprovação do controle dos preços dos produtos de primeira necessidade para mulheres, como parte do discurso de controle e disciplinamento da sociedade em geral (Laudano, 1995). Também é necessário lembrar que muitos

³Supondo que quem tivesse mais de 40 anos havia participado de experiências de trabalho comunitário durante as crises do final dos anos oitenta.

laços familiares diretos e indiretos foram um importante suporte emocional e econômico para atravessar o medo e o terror que imperava na época.

Depois da chamada “década perdida” para a América Latina, caracterizada principalmente pelas políticas de ajuste e de redução do Estado no âmbito social, ocorreu o agravamento de uma crise que não apresentava soluções mas, ao contrário, produzia um aumento significativo e progressivo de deterioração das condições de vida dos setores médios e populares. Na Argentina, ao final da década de 1980, chegam os efeitos da globalização e se impõe uma crise econômica, caracterizada por um forte processo hiperinflacionário de bens e serviços. Diante desse cenário, uma vez mais a família ou unidade doméstica deveria responder à crise.

Nessa época, muitas mulheres dos bairros populares tiveram que se organizar coletivamente em redes – mais ou menos estruturadas – para garantir as “necessidades básicas” de reprodução da vida familiar e comunitária, ou seja, como afirma Carrasco (2003) “necessidades humanas”, porque se trata de bens e serviços, mas também de afeto e cuidados. Foram medidas de urgência que envolviam refeitórios e panelas populares, assim como compras comunitárias que, no entanto, nesse momento não significaram “modelos” organizativos à vida doméstica (Jelin, 1998: 103). Cabe destacar que, apesar disso, em alguns casos, dessas iniciativas surgiram importantes “estratégias de sobrevivência”, como o grupo de mulheres autodenominadas “madres de intervalas”, que se tornaram as distribuidoras dos recursos para os primeiros refeitórios comunitários, da Subsecretaria de Desenvolvimento Social do Município de Buenos Aires (Russo, 2005).

A noção de estratégias de sobrevivência não é exclusivamente conceitual, mas conta com importantes trabalhos. Este trabalho incorpora o marco conceitual de Anderson (1991), que aborda as estratégias de sobrevivência quanto ao acesso e à distribuição de bens e serviços entre os membros de setores populares (Anderson, 1991: 37).

Na zona sul da Grande Buenos Aires, a crise da questão urbana e a preocupação pelo acesso a melhorias do ambiente transformam as mulheres nas principais organizadoras dos refeitórios, viveiros comunitários, salas de primeiros-socorros, cooperativas de terra e habitação, etc., só para mencionar algumas experiências conhecidas por mim, no ano de 1995, nas regiões de Avellaneda e Quilmes (Buenos Aires)⁴.

⁴A experiência citada faz parte do trabalho de campo realizado no âmbito de uma pesquisa exploratória sobre Mulheres e Moradia. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Universidad de Buenos Aires.

Durante a investigação sobre mulheres piqueteiras, perguntamos às nossas entrevistas, a partir de quando, para elas, haviam começado a crise econômica e que sugerimos dessem exemplos. As respostas foram heterogêneas. Algumas narraram que, como vinham de famílias humildes, sempre haviam estado em situações de pobreza e em suas vidas “a prata nunca chegava”.

Que sei eu! Sempre vivi em crise, sempre me faltou a prata e houve momentos em que me faltou de comer, mas graças a Deus me ajudaram os vizinhos, ou ia até o mercado de Avellaneda juntar as frutas e verduras que não eram vendidas (Amélia, 56 anos: 2005).

Sabe-se que a pobreza representa um fenômeno complexo. Nossas entrevistadas referiam-se àquela situação com a idéia de privação das necessidades básicas e/ou da falta de renda, ou seja, referiam-se à insuficiência de meios econômicos, mas não ao “fracasso das capacidades básicas para alcançar determinados níveis minimamente aceitáveis de vida” (Aguirre, 2003: 126). Em outras palavras, dizem o mesmo que os economistas tradicionais e o que reproduzem os meios de comunicação de massa, que se referem à escassez dos meios mas não para atingir determinados fins.

Mas, simultaneamente, as que tinham no momento da entrevista mais de 40 anos, notaram que os processos hiperinflacionários do final dos anos oitenta tinham sido os responsáveis pelo agravamento da pobreza e que, naquele momento, tiveram a necessidade de se envolver com os refeitórios comunitários, em atividades “solidárias” e algumas como beneficiárias de programas sociais (Programa de Trabalho, Programa de Vida). No entanto, ainda tinha emprego, como lembram várias mulheres:

Eu acho que os tempos difíceis vieram da época de Alfonsín, quando se começou a tomar os supermercados, saques, tudo isso... , no bairro já estava organizada o “copo de leite”⁵ e eu era a secretária do Clube de Mães (Rita, 47 anos, 2004).

Em 88 eu organizava um refeitório, também. Cozinhávamos com fogo, água até aqui (joelho), porque inundávamos (Graciela F., 48 anos, 2004).

Em outras palavras, as estratégias de sobrevivências que as mulheres colocaram em prática, diante da crise hiperinflacionária, múltiplas, heterogêneas e às vezes inovadoras, não contaram com uma avaliação positiva de nossas entrevistadas, provavelmente porque elas também conservem o discurso social que desvaloriza o trabalho comunitário das mulheres.

⁵Copo de leite ou refeitórios são espaços comunitários organizados em bairros que inicialmente oferecem lanche a crianças ou idosos.

No caso das mulheres entrevistadas, só cinco das treze selecionadas para este trabalho contavam com o ensino secundário completo. A maioria tinha um nível de instrução de secundário incompleto, tendo abandonado durante os primeiros anos, algumas por não poderem compatibilizar com trabalhos remunerados e não remunerados, que cada vez tomavam mais tempo. Outras tinham deixado de estudar porque formaram uma família e cuidavam de filhos.

Eu estudei até o segundo ano secundário... e deixei porque tinha que trabalhar porque em casa já não chegava dinheiro para comer ou se vestir. Somos muitos. Somos sete irmãos. Eu sou a maior, então tinha que ajudar na casa para que entrasse comida.... Trabalhava em estampanaria, em limpeza, nessas coisas (Estela, 29 anos, 2004).

A vida doméstica das mulheres de setores populares, a vida de nossas entrevistadas, é estafante pelo tempo e o desgaste físico e emocional que requer a gestão dos recursos para a reprodução da vida. No geral, à medida em que se agudizam as crises econômicas e de emprego, elas usavam os meios de transporte só quando estritamente necessário, porque parte da economia doméstica implicava não gastar em transporte; como geralmente não contam com creches, carregam as crianças, o que torna a marcha mais lenta. Além disso, recorrem a muitos comércios para conseguir os produtos mais baratos. Cuidar de enfermidades significa esperar muitas horas nos centros de saúde, onde há cada vez menos recursos humanos e materiais. Auxiliam emocional e economicamente as vizinhas, amigas e familiares (só para mencionar algumas condições inerentes ao empobrecimento).

Tanto nos casos citados, como na bibliografia das últimas décadas (Aguirre, 2003, Carrasco, 1998, Arraigada, 2002, Anderson, 1991), a participação feminina durante as economias recessivas e as políticas de ajuste estrutural deixa claro que já não se trata da chamada tripla jornada. Há vários anos, analistas insistem em mostrar a quádrupla jornada das mulheres, com as funções de trabalhadoras no âmbito doméstico, como geradoras de renda e como gestoras do trabalho comunitário, mas também como responsáveis pelos cuidados familiares. Esta última, junto com o trabalho doméstico, não tem reconhecimento social e requer largas jornadas de atividades que produzem intensos desgastes físicos.

Cuido de meus netos porque minha filha está trabalhando, mas assim não pode porque estão matando a mim. São duas criaturas que tenho que atender, estar atenta, para que não se batam um no outro, que não fiquem doentes, mas minha mãe que vive aqui ao lado também corro para ela, por sorte agora não esta funcionando a costura, por isso eu disse para minha filha que até o final do mês e não mais. Mas, cozinhar, cozinho todos os dias... porque assim são os pobres... assim não cuido de minha mãe, embora também esteja sozinha, cozinho. Mas me canso (Rita, 53 anos, 2004).

A construção dos espaços sociais domésticos politizados

Durante a década de 1990, a administração do governo Menem, de recorte neoliberal, produziu o programa de governo caracterizado pela valorização financeira, a privatização de empresas públicas e o encolhimento do Estado. O resultado dessas ações foi um escandaloso aumento dos níveis de desemprego, que colocou grandes faixas da população argentina (12 milhões de pessoas) abaixo da linha da pobreza. Nossas entrevistadas expressam-se da seguinte forma:

Na época de Menem, meus patrões foram piorando economicamente e aos poucos fui perdendo minha casa (Maria, 40 anos, 2006).

Eu acho que em 2001, sou meio rústica, mas nessa época eu tinha trabalho de segunda a sábado, saía de uma casa e entrava em outra, dispensava as patroas muito *jodidas* ou muito *rompe cocos*. Mas em dezembro de 2001, tudo veio abaixo. Teve gente que ficou sem trabalho, entre esses meus patrões que tiveram que me dispensar (Susana 36 anos, 2006).

Novamente, as mulheres dos setores populares saíram do espaço doméstico para assumir a gestão das tarefas comunitárias. Nesse momento, o fenômeno do desemprego da população masculina provocou novas mudanças no interior das famílias (Svampa 2003).

O massivo aumento do desemprego masculino fez com que aquele que outrora fora um dos “baluartes” da sociedade capitalista, o imaginário do modelo “homem-provedor/ mulher-dona de casa”, passou desse espaço progressivamente a outro modelo familiar. A participação dos homens nas tarefas do lar tem crescido, mas como “ajuda”, não como corresponsáveis pelas tarefas domésticas.

Mudou que estamos o tempo todo fora, que às vezes chego em casa e “uy”! Não compramos nada para comer, são nove da noite, fechou tudo e na hora que comemos, não tem mais nada. Também não tem macarrão. E...tomamos mate... Quando chegamos, é um desastre, os gatos não têm comida... Meu marido não pode reclamar porque o conheci em um piquete, se se queixa, eu faço (Georgina, 29 anos, 2004).

Estava desempregada. Meu marido trabalhava, eu saía para trabalhar de vez em quando porque... meu marido trabalhava de pintor, mas está desempregado há três meses. Então, eu tive que sair para ajudar, então saiu esse Programa de Trabalho, que começou pagando \$250 e depois foram baixando (Graciela F., 48 anos: 2004).

Ser piqueteira ontem e hoje

O Estado, através de diferentes programas sociais, gerou impactos nas ações gênero. A implantação do Programa de Chefes e Chefas de Casa de Desempregados⁶, para muitas mulheres desocupadas do subúrbio Bonaerense [de Buenos Aires] impulsionou/iniciou um processo de autonomia pessoal às que foram suas receptoras. Em meio à mais profunda crise econômica, as mulheres passaram a desempenhar o papel de provedoras principais da Casa e também se envolveram em atividades de mobilização social, pelo quê receberam o nome “piqueteiras”.

Quando perguntamos a nossas entrevistadas o que significava ser piqueteiras em 2004, todas concordaram que “a vida mudou”, mas as expressões foram variadas. Algumas mencionaram um sentimento positivo de orgulho, de dignidade pessoal e social:

Estou orgulhosa de ser piqueteira, porque sem luta não se faz nada (Susana, 36 anos, 2006).

Para mim, em minha condição de desempregada, é um orgulho porque tem muita gente desempregada e muitos delas lamentavelmente não estão na luta... Creio que a mulher e o homem que começam a lutar e sente que é piqueteiro, sofrem uma mudança muito grande e é muito difícil voltar a ficar em casa a espera que alguém resolva o problema (Zulema, 47 anos, 2004).

Ser uma lutadora a mais. Tudo mudou porque encontrei um lugar onde lutar neste lugar, nesta rua eu falo pessoalmente, não um político por mim (Nora, 60 anos, 2006).

Outro grupo subdividia-se entre aquelas que, baseadas na militância por necessidade, manifestaram sentimentos negativos sobre sua condição de piqueteira. Por exemplo, Mirta, de 47 anos, se questiona entre uma escolha “autônoma” e a reprodução da função historicamente atribuída às mulheres de donas-de-casa: “Não é algo que eu goste muito, eu preferiria ser dona-de-casa”.

Os meios de comunicação de massa têm influenciado notavelmente a construção da identidade piqueteira, como no caso de Estela: “Não me considero piqueteira, os piqueteiros são violentos”. Outras entrevistadas, afirmadas na militância da convicção, a consideram uma identidade necessária para a conjuntura sociopolítica e econômica:

⁶O Programa Chefes e Chefas da Casa de Desempregados é um programa nacional de subsídios que o governo nacional pôs em funcionamento desde 2002. Esse subsídio tem como beneficiário/a pessoas desocupadas pobres com filhos menores de 18 anos, incapacitados de qualquer idade ou com a mulher grávida. Atualmente existem aproximadamente 1.500.000 beneficiários. O conjunto dos movimentos de trabalhadores desocupados conta aproximadamente com 10% desses programas.

Algo que eu gostaria de deixar de ser, porque hoje o piquete é identificado com a desocupação, com a marginalidade. Tomara possamos deixar de ser piqueteiros, deixar de protestar porque os meninos morrem de fome, porque chega-se a um hospital e morre antes que te atendam, porque não há vagas, porque as meninas ficam embaraçadas porque não tem prevenção... (Georgina, 29 anos, 2004).

É ser lutadora. Estou lutando porque quero melhor educação para meus netos, porque quero que meus filhos possam trabalhar. Não quero receber só um Programa, eu quero ter emprego (Rita 47 anos, 2004).

Além da participação progressiva das entrevistadas nos Encontros Nacionais de Mulheres e da interação com mulheres ativistas nas filas dos diferentes grupos feministas, foram incorporados à discussão diária do espaço social doméstico, temas que se não eram inovadores pertenciam, até então, ao plano individual. A problemática de gênero começava a aparecer como parte da práxis política.

Por último, a implantação de políticas sociais de recorte neoliberal dos diferentes governos, mas sobretudo dos governos municipais, incrementou notavelmente a quádrupla jornada das mulheres, como gestoras dessas políticas baseadas na larga tradição patriarcal liberal, associadas às desvalorizadas tarefas e atividades que compreende a reprodução social.

Eu creio que a mulher é tudo, no piquete, é a mãe, é a que corre pela filha, é a prima, é a empregada. É a que luta para que o dinheiro chegue ao fim do mês, a mesma que sai a pedir Basta!! Porque não há vagas (de saúde) para nos atender, porque há lugares onde as crianças estão cagando de fome (Rita, 47 anos, 2004).

As redes, a mobilidade social: entre o emprego e a educação

Quando, em 2006, iniciamos a segunda rodada de entrevistas, o contexto tinha mudado. O “humor social” havia se modificado. Percebia-se uma relativa ordem, junto com melhorias das variáveis macroeconômicas. Em nível nacional, o governo de Néstor Kirchner iniciou um processo de desmobilização do movimento de trabalhadores desocupados. No setor dos chamados piqueteiros “duros”⁷, produziu-se um processo paulatino de desgaste mas, principalmente, a decisão política de evitar o enfrentamento e a repressão policial contra as mobilizações. Dos grupos mais “dialoguistas”, foram incorporados alguns de seus líderes à gestão do governo. Mesmo que muitas das condições sociais e econômicas que provocaram a rebelião popular de 2001 ainda estivessem vigentes, o mercado informal de trabalho havia crescido. Deve-se lembrar que o emprego

⁷Agrupamentos majoritariamente associados a partidos e setores de esquerda.

informal afetava 46% dos desocupados, ou seja, mais de 6 milhões de pessoas (INDEC, 2007). A situação, brevemente descrita, está refletida na narrativa de nossas entrevistadas. Todas estavam fazendo “bicos”, precários, incertos, mas remunerados. A maioria realizando tarefas domésticas e se mantendo como beneficiárias dos programas sociais.

No momento das entrevistas, percebemos falta de otimismo quando se referiam à sua participação no movimento de trabalhadores desempregados. Algumas mulheres, principalmente as menores de 40 anos, mobilizaram-se em poucas oportunidades, outras tinham mudado de organizações e um último grupo havia abandonado as filas piqueteiras. Já não se referiam à sua inclusão no Programa em termos de trabalho remunerado, como fizeram várias entrevistadas do ano de 2004.

No ano passado, estava indo aos piquetes para cobrar o Programa e depois me deram, mas quando não paguei mais a quota, me tiraram o programa (Marisa, 36 anos. Ano 2006).

Bom, tem que ter tempo para ir a piquete e não sabe quando voltar, assim como tem que deixar os filhos com alguém de confiança. Agora que tenho bastante casas, nem sempre vou (Nancy, 35 anos. Ano 2006).

Durante o ano de 2006, ocorreu uma mudança importante no Programa Chefes e Chefas de Casa de Desempregados: como parte do pagamento pelo trabalho, as/os beneficiários/as podiam concluir sua educação em nível da escola primário ou secundária, e quem retomasse os estudos recebia \$50 a mais (US\$ 17).

A maioria das nossas entrevistadas considerou retomar os estudos ou realizar cursos de capacitação. As expressões mais usadas foram: “é algo para mim”, “se não tenho estudo, não vou conseguir um trabalho melhor”, “preciso, para melhorar meu trabalho”. Parecia que, para nossas entrevistadas, o mercado de trabalho tinha sido aquele que não exigiu certificados de estudos. A dura crise de desemprego mostrou de forma “brutal” que o mercado de trabalho é sobretudo um espaço onde as pessoas têm que demonstrar suas competências por meio de um certificado.

Mas, não podemos subestimar o fato de que, ao longo do século XX, a educação foi considerada o fator mais importante de mobilidade e ascensão social para as classes médias e populares no imaginário social argentino, situação que também apareceu em estado latente em várias das entrevistas.

Outro dado significativo foi quando citaram as outras amigas, companheiras, vizinhas, “patroas ou empregadoras” que as impulsionaram, alentaram, estimularam a retomar os estudos. Ou seja, os laços sociais fortes ou débeis operaram como pontes para a tomada de decisão. Esta situação não confirma o que sustenta

a bibliografia mais tradicional sobre redes sociais, que afirma que são os laços débeis que garantem a mobilidade social.

A política de tipo “clientelista” não se modificou sobre a opção da conclusão dos estudos pelas piqueteiras e, pelo contrário, a deserção das fileiras piqueteiras levou muitos dirigentes a aumentar a prática clientelista dos programas sociais (ameaçavam cortar o Programa, não avisavam quando chegavam as bolsas de alimentos, não garantiam a aposentadoria da dona-de-casa) para pressionar as beneficiárias que frequentavam as mobilizações: “Tenho que faltar à escola para ir (às mobilizações), mas Señor nos comprende e nos quer bem” (Gilda, 23 anos. Ano 2006).

Conclusões

O aumento progressivo da incorporação das mulheres ao mercado de trabalho não é um fato novo na Argentina, nem o fato de que as mulheres de setores populares desempenham trabalhos de baixa qualificação e desenvolvam o que outrora se denominou “a tripla jornada”.

Mas, é importante assinalar que os altos níveis do desemprego masculino obrigou muitas mulheres a saírem para trabalhar, não mais para colaborar com o salário masculino, mas como principal provedora da casa.

No auge da crise sociopolítica e econômica da Argentina (2001-2002), as mulheres não puderam ingressar no já escasso trabalho precarizado. Muitos setores pertencentes às classes médias, seus principais empregadores, tinham sido atingidos pela crise econômica e de emprego. Por isso, a principal estratégia de sobrevivência foi se firmarem como beneficiárias do Programa Chefas e Chefes e, com ele, o pagamento do trabalho que o Programa lhes impôs, e que em poucos casos puderam cumprir.

Nossas entrevistas são todas mulheres que participaram ou participam de diferentes grupos do movimento de trabalhadores desempregados da zona sul da província de Buenos Aires. Durante o ano de 2004, a maioria dos relatos demonstrava entusiasmo pelas atividades que desenvolviam, associadas ao trabalho genuíno e a um sentimento de orgulho de sua condição de piqueteira.

A prioridade era sustentar o Programa, de forma atrelada à incorporação a grupos de trabalho, ou seja, em muitos casos significou a incorporação pela primeira vez a uma rotina de trabalho, a saída de situações de relativo isolamento social e dos laços mais apertados. Houve novos aprendizados e saberes no intercâmbio do espaço social doméstico (Causa, 2005) que criaram importantes lideranças.

Para o ano de 2006, os relatos deram ênfase à necessidade de conseguir um emprego melhor. A maioria, lentamente havia recuperado seu trabalho como

empregada doméstica. Apresentaram um processo de desgaste emocional –nos grupos e coletivos de trabalho- e físico, devido às mobilizações de rua.

Por outro lado, a demanda familiar continuou pressionando para um retorno ao modelo de família patriarcal. A saída do âmbito doméstico, tanto para o trabalho como para a militância, parecia ser um abandono e traição dessas mulheres, principalmente para seus integrantes, sejam filhos, maridos, mães, pais, etc.

A busca de um emprego melhor, e a possibilidade de que a prestação de serviço permitisse retomar a educação, fez com que muitas mulheres não duvidassem da importância do retorno às filas escolares e retomassem novos conhecimentos e aprendizagens que talvez sempre estiveram latentes, mas em um segundo plano, porque a prioridade era a saída para o trabalho.

Esta nova estratégia de sobrevivência é uma nova etapa de aquisição de maior autonomia das mulheres “piqueteiras” (“piqueteiras”?), produto das múltiplas aprendizagens que vieram atreladas à incorporação dessas mulheres aos coletivos de trabalho e de militância altamente politizados.

Bibliografía

AGUIRRE, R. (2003). *Procesos de empobrecimiento y desigualdades de género. Desafíos para la medición*. Reunión de Expertos sobre Pobreza y Género Documento publicado por CEPAL- OIT. Santiago do Chile.

_____ (2003). *Género, ciudadanía social y trabajo*. Universidad de la República: Montevideo.

ANDERSON, J. (1991). Estrategias de sobrevivencia revisitadas. In: FEIJOO, M. del C. e HERZER, H. (comp.). *Las mujeres y la vida de las ciudades*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

ARRAIGADA, I. (2002). Cambios y desigualdad en las familias Latinoamericanas. *Revista de la CEPAL*, n. 77.

BARRIG, M. (1987). *La ciudad de las mujeres: pobladoras y servicios. El caso del Agustino*. Documento de trabajo, publicado por SUMBI. Lima.

_____ (1988). *De vecinas a ciudadanas: la mujer en el desarrollo urbano*. Publicado por SUMBI, Lima.

BARNES, J. (1987). Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. *A antropología das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.

BERTINI, S. (1996). Impacto social de la concentración económica: el caso del “municipio-shopping”. *Revista de Sociología Nuevo Espacio*, Año 3, n. 3. Oficina de Publicaciones del Ciclo Básico Común – Universidad de Buenos Aires.

- CARRASCO, C. (2003). La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?. In: LEÓN, M. (org.). *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Ecuador: REMTE, Marcha Mundial de las Mujeres, CLACSO, ALAI.
- CAUSA, A. (2001). *Mujeres en red / Red de mujeres: Presencia del feminismo en Internet. El caso de RIMA*. Ponencia presentada al Congreso de Mujeres, Ciencia y Tecnología. Madrid, Julio.
- _____ (2005). *Mujeres piqueteras: Travesías desde el ámbito doméstico al espacio territorial urbano*. Ponencia presentada al III Congreso Internacional Interdisciplinar Género, Ciudadanía y Globalización, Universidad de Huelva, España. Mayo.
- CHANT, S. (2003). Nuevas contribuciones al análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género. *Serie Mujer y Desarrollo*, n. 47. Santiago: CEPAL.
- DABAS, E. (1995). De la desestructuración de lo macro a la estructuración de lo micro: Las redes sociales en la reconstrucción de la sociedad civil. In: DABAS, E. y NAJMANOVICH, D. (orgs.). *Redes el lenguaje de los vínculos – hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós.
- INDEC (2007a). *Pobreza e indigencia en el total de aglomerados urbanos y regiones estadísticas*. Primer semestre 2007. Disponible em: <www.indec.gov.ar>.
- _____ (2007b). *Hogares y personas bajo las líneas de pobreza e indigencia en el aglomerado*. Gran Buenos Aires, segundo semestre 2006 y primer semestre 2007. Disponible em: <www.indec.gov.ar>.
- JELÍN, E. e FEIJOO, M. del C. (1980). Trabajo y familia en el ciclo de vida femenino: El caso de los sectores populares de Buenos Aires. *Estudios Cedes*, v. 3, n. 8/9.
- JELIN, E. (1998) *Pan y afectos. La transformación de las familias*. Buenos Aires: Fondo de cultura económica.
- KLADERMANS, B. (1992). La unión de lo ‘viejo’ con lo ‘nuevo’: el entramado de los movimientos sociales en los Países Bajos. In: DALTON, R. J. y KUECHLER, M. (orgs.). *Los nuevos movimientos sociales*. Valencia: Alfons el Magnanim.
- KNOBE, D. e LAUMANN, E. (1987). The social organization of national policy domains. An exploration of same structural hypothesis. In: GALASKIEWICZ, J. (org.). *Exchange Networks and Community policy*. Sage Library of Social Research, v. 75: Sage.
- LAUDANO, C. (1995). *Las mujeres en los discursos militares*. Colección papeles de investigación. Buenos Aires. Pag. 29-30.

- MELUCCI, A. (1989). *Um objeto para os movimentos sociais*. Lua Nova, n. 17, Rio de Janeiro.
- RAUBER, I. (2002). *Mujeres Piqueteras: el caso de argentina*. Disponível em: <www.iiued.unige.ch/information/publications>. Visitado em maio de 2003.
- RIQUELME, G. (2004). *La educación secundaria antes y después de la reforma: efectos distributivos del gasto público*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- RUSSO, M. (2005). *Participación política femenina en comedores comunitarios. Buscando los antecedentes*. Ponencia presentada en el III Congreso de Investigación en Antropología Social, Buenos Aires. Agosto.
- SOUTO MAIOR, F. y STELZIG, S. (2004). Sobre trajetórias de sociabilidades: a idea de relé social como mecanismo criador de novas redes sociais. *Revista de sociología e política*, v. 3, n. 5, Florianópolis.
- SVAMPA, M. (2005). *La sociedad excluyente*. Buenos Aires: Taurus.
- SVAMPA, M. e PEREYRA, S. (2003). *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos.
- TARROW, S. (1997). *El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial
- WELLMAN, B. (1999). El análisis estructural: del método y la metáfora a la teoría y la sustancia. *Revista Política y Sociedad*, n.33, Madri. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/pecar/Articulos/Wellman2806.pdf>>.